SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Segunda - feira, 24 de maio de 2010 - Número 383 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Assembleia Estadual nesta quarta, 26, em frente ao TRE

Greve Nacional se amplia e novos estados afirmam que vão aderir ao movimento esta semana. Participação dos servidores do TRE é fundamental

A pressão do governo e das administrações não estão intimidando os servidores do Judiciário Federal que continuam firmes na greve. Nesta quarta-feira, dia 26, às 15 horas, será realizada uma Assembleia Estadual para avaliar o movimento e discutir os próximos passos da mobilização. O Sindicato convoca todos os servidores a participar da atividade e fortalecer ainda mais o movimento. "Estamos num momento importante da greve e, quando a pressão da chefia começa a se intensificar, é nessa hora que precisamos avançar na unidade. Por isso, a participação é fundamental", ressaltou a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri. Diversas caravanas de grevistas do interior do estado irão se deslocar para capital para participar da assembleia.

Nacionalmente, apenas seis estados ainda não aderiram o movimento, mas o Comando Nacional de Greve aprovou essa semana enviar representantes dos sindicatos que já estão em greve para discutir com as direções sindicais para que entrem também na greve. "Sabemos que há desigualdades na mobilização de estado para estado, mas acreditamos que é importante a participação de todos para mostrar ao Congresso e Governo a força da nossa greve, só assim nossas reivindicações serão atendidas", disse o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, que viajou na sexta-feira, para Fortaleza (CE) para ajudar na greve.

Mobilização cresce no TRE

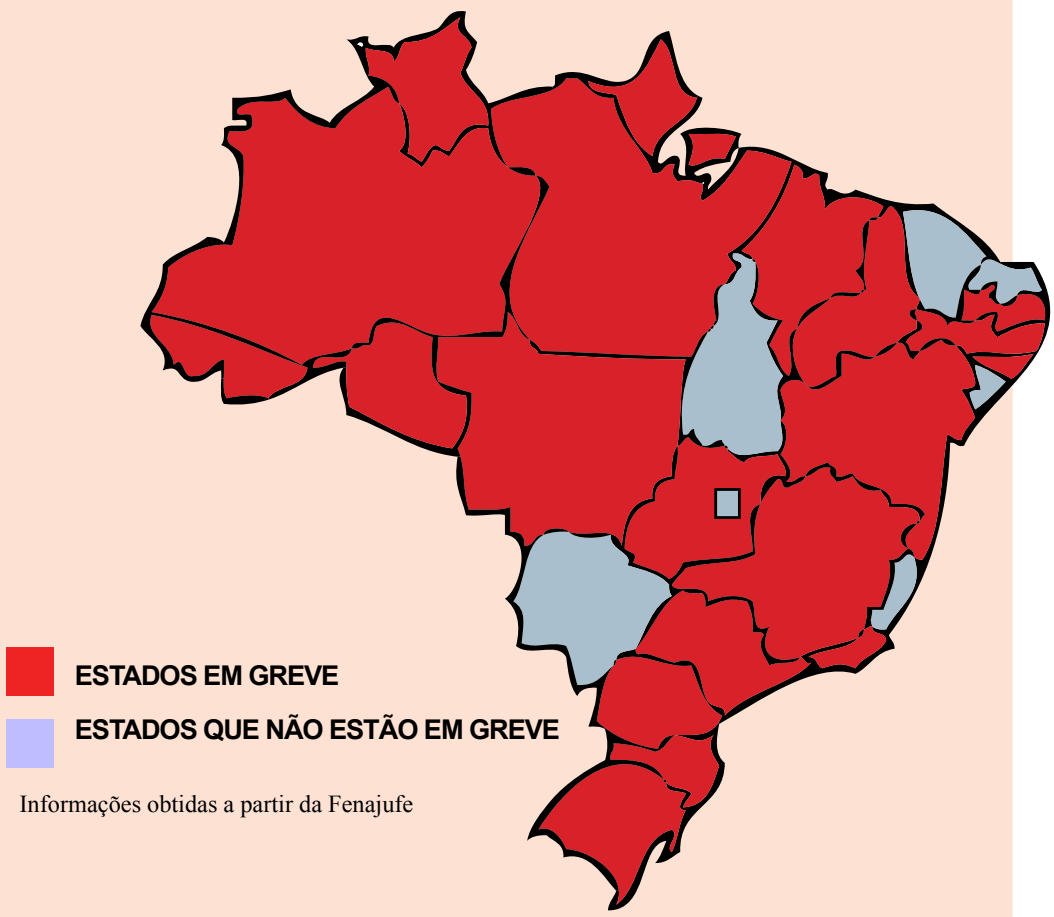
A mobilização no TRE também está avançando. Mesmo com a publicação da portaria da presidência informando que vai descontar os dias parados, os servidores estão cada vez mais conscientes que a participação da justiça eleitoral é fundamental para o fortalecimento da greve, em nível nacional. Eles marcaram nova paralisação de 24 horas nesta quarta-feira, 26. Além disso, foram formadas comissões para passar nos setores e conversar com os colegas sobre a importância deles nessa greve, que além de reivindicar a aprovação do PLP 6613/09 e contra os 10 anos de congelamento de salário, cujo projeto tramita na Câmara e já foi aprovado pelo Senado Federal.

Essa semana, o presidente do TRE publicou portaria para tentar impedir a participação dos servidores na greve. Para a diretoria do Sintrajud, a publicação acontece justamente por que os servidores do tribunal são imprescindíveis na luta pelo PCS, num ano eleitoral.

O Sintrajud entrou com recurso contra essa portaria ao pleno do tribunal e acredita que os servidores não devem ficar intimidados, ao contrário, se unir aos servidores dos outros tribunais. "Estamos em um ano eleitoral. A participação dos companheiros do TRE é fundamental para pressionar o Congresso e garantirmos mais essa vitória", disse o diretor de base e servidor do TRE Elizaldo Veríssimo, Ely.

Veja o quadro da greve pelo país

A greve por tempo indeterminado está forte em todo o país. Agora só faltam cinco estados para o Judiciário de todo o Brasil parar. Comando Nacional de Greve visitará estados que ainda não aderiram para ajudar na construção da paralisação. Nos locais já parados é importante fortalecer o movimento.



Informações obtidas a partir da Fenajufe

Grevistas reiteram reivindicações ao presidente do TSE

Na última sexta-feira, o Sintrajud e servidores do TRF/JF conversaram com o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, sobre a greve da categoria e a necessidade do apoio da cúpula do Judiciário às reivindicações da categoria. O ministro veio a São Paulo para participar do almoço mensal organizado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, no Hotel Renaissance, na alameda Santos.

Após o evento, Lewandowski se dirigiu aos servidores que aguardavam na entrada do hotel e afirmou que estava se empenhando para que o PLP 6613/09 fosse aprovado. Ele ressaltou que o projeto foi aprovado por unanimidade pelo STF e enviado para o Congresso Nacional, o que demonstra que o Judiciário é a favor das reivindicações dos servidores. "Entendemos que é uma reivindicação justa, nós estamos perdendo servidores que fazem concursos e vão para outros poderes. Isso é ruim para o Judiciário", disse.

Lewandowski disse que entregou pessoalmente o projeto ao presidente da Câmara Michel Temer (PMDB/SP), além disso convidou o ministro do Planejamento Paulo Bernardo para conversar. "Foi uma conversa longa. A princípio havia um impasse e isso foi vencido. O ministro, então, se comprometeu em organizar a discussão e criar uma comissão para tratar do assunto", contou.

A diretora do Sintrajud e da Fenajufe Ana Luiza Figueiredo, denunciou o desrespeito da administração do TRE/SP ao direito de greve dos servidores, que estão sofrendo descontos e retaliações antes mesmo do início do movimento.

Em relação à greve, o ministro se colocou contrário a paralisação na Justiça Eleitoral. Os servidores argumentaram que esse é um direito legítimo de todos os trabalhadores, inclusive os do eleitoral, e que os PCS anteriores só foram conquistados através da greve.

O diretor do Sintrajud Erlon Sampaio, colocou a preocupação da categoria com o fator tempo devido a aproximação das eleições. "Os servidores não irão recuar da luta, ao contrário, vamos intensificar o movimento pois essa é a única garantia que temos de que é possível vencer mais essa batalha", ressaltou.

Wladimir Aguiar



Servidores conversam com Lewandovski

Opinião do Sintrajud

A greve é um direito: usá-lo ou abaixar a cabeça é uma decisão nossa

Greves incomodam. É por isso que os trabalhadores se utilizam delas quando não tem mais jeito, quando percebem que não há mais qualquer vontade de diálogo da outra parte.

Não há categoria que 'goste' de fazê-las. Quase sempre, quem está na greve pra valer se desgasta muito mais quando pára do que em dias normais de batente. Elas também atrapalham a vida da população, o que não é o objetivo de ninguém.

Mas, como dito acima, a greve é o último recurso. É necessária. No Judiciário Federal, houvesse respeito das administrações e do governo e disposição para negociar, talvez pudéssemos evitá-las.

Antes de tudo, a greve é uma forma legítima de lutar

Mas sabemos que não é assim. Faz dois anos que debatemos com o STF uma proposta de carreira de revisão salarial. Faz quatro anos que nossos salários são corroídos pela inflação.

Goste-se ou não da greve, o fato é que sem ela não haverá PCS-4. Sem ela, o mais provável são dez anos de salários congelados. Isso não é opinião de um ou outro. É voz corrente de norte a sul do país.

A greve é também um direito. Está prevista na Constituição Federal. Faz poucos meses, o próprio STF reconheceu isso. Decisões recentes do Supremo também garantem esse direito a quem está em estágio probatório. Outra decisão liminar saída há poucos dias do Superior Tribunal de Justiça, relativa à greve do Ministério do Trabalho, igualmente reconhece esse direito. Proíbe qualquer desconto de salário ou retaliação até que o processo esteja concluído.

É verdade, e há de se reconhecer isso, que as greves também trazem riscos. As administrações ameaçam, as decisões judiciais nem sempre favorecem os servidores e por aí vai.

Mas será que diante do risco e da ameaça o melhor é calar? Será que se assim tivéssemos agido ao longo dos últimos 15 anos teríamos conquistado o PCS-1, em 1996, o PCS-2, em 2002, e o PCS-3, em 2006? Será que se tivéssemos abaixado a cabeça quando o STF julgou que não tínhamos direito aos 11,98% teríamos feito história forçando aquela Corte a rever sua decisão?

A greve é um direito. Está previsto nas leis e nas decisões de muitos juízes e tribunais. Mas, antes de tudo, é uma forma legítima de lutar. É um dever. Pois nem sempre foi assim, nem sempre foi "legal". E isso só mudou por força delas mesmas... foram as greves e mobilizações que colocaram esse direito na Constituição Federal. Mas isso não é novidade. Afinal, já sabemos de outras pelejas da nossa categoria que a luta faz a lei.

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Greve continua

***Rodrigo Carneiro Oliveira**

Quando ousadamente nos propomos a analisar o movimento de greve por um viés independente e com devida impessoalidade, observa-se que ele cresceu como nunca. Liderado no TRT pelos próprios integrantes do TRT, o movimento, aparentemente bem articulado e decidido, vem alavancando cada vez mais e convencendo mais pessoas da categoria de que a greve é fundamental num momento desses. Mas também não seria exagero afirmar que a presença de outros companheiros da categoria seria sempre bem vinda, mesmo esporadicamente, até porque estes têm anos de experiência a serviço da categoria. Acho que estou aprendendo, não nasci pronto, mas na atual sociedade da informação, somos bombardeados todos os dias por informações de todos os lados, e sendo multifacetados com as inúmeras funções que desempenhamos no dia a dia, as coisas ficam mais difíceis. Mas somos guerreiros! E podemos crescer! Não seria muito exagero lembrar que não podemos nos iludir achando que a luta já está ganha e quando as coisas parecem que estão boas, na verdade não estão, e vice versa. Observe a reunião com o presidente do TRT no dia 17: aparentando fragilidade, com muita perícia, venceu o nosso empolgado grupo em termos, além de demonstrar compaixão paterna por nós. Pode-se observar que a atual patologia social é a desinformação e isto não é diferente aqui entre nós. A desinformação torna o grupo ou o indivíduo menos coeso, "envenenado", assim como devemos ter cuidado para não cair na Tirania da Maioria, que faz todos seguirem a opinião de um grupo, sem ter opinião própria, além desta Tirania coibir nos momentos decisivos, a opinião alheia dos integrantes. Ser coeso é o que precisamos sempre, mas fanatismo não!! A emoção cega a nossa percepção da realidade. Eu não faria melhor sozinho, mas participando, o grupo teria melhores chances, assim como a CUT (central única dos "tucanóides"?) fortalece a nossa luta. Somos menos sociais que istas? Preferimos ficar com nossos vícios, porque parece menos nocivo do que o crime? Preferimos as virtudes heróicas ao invés de hábitos tranqüilos, e a glória ao bem estar de se acomodar e deixar tudo acontecer? Pois quero lembrar que não adianta melhorar a economia se não há democracia social, se não há igualdade de condições, se não há moral. A categoria somos nós, mas também somos parte desta categoria.

**** Rodrigo Carneiro de Oliveira, servidor do TRF***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*; contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

J. fever

A volta do Johnny Fever, nosso colunista social, porque de socialista já basta o jornal

Gentchiiii.Tô cáqui. Tem greve em todo lugar...Como assim? Please, stop in the name of love.

E o povo do Eleitoral tá tentando entrar em greve. E parece que a coisa vai pegar a qualquer momento. Mas o que eu gosto mesmo nas greves do eleitoral é a criatividade do povo. Mil ideias de greves diferentes. Por exemplo: tem gente que defende a doação de sangue. E com o slogan: dando o sangue pelo PCS. Então tá, né? Mas aí, alguem lembrou que não dá pra doar sangue todo dia. Eu sugiro que a gente – quer dizer eles – comecem a doar sangue, no dia seguinte doe um rim, uma córnea, a pele, etc. E uma boa idéia pode ser a doação do fígado. Você doa um pedacinho todo dia e espera ele se regenerar. O nosso presidente, Luis Inácio Coiso da Silva podia ter usado isso em 78, mas ele já não tinha fígado naquele tempo, né?

O problema da greve do eleitoral é que greve é promocional: quem começa agora já ganha um descontão. E dizem por lá que as catracas são uma espécie de regime semiaberto eleitoral. Eles fizeram o teste com o tribunal e agora vai ter voto nas cadeias. Eficiência é isso, tá, meu bem. Mas as catracas, na verdade, parecem aquelas baias de corrida de cavalo. Os serviçais - ou servidores, whatever – encostam nas baias e quando elas abrem sai todo mundo correndo pra comer em quinze minutos. Eu soube, de fonte indigna de nota, que os restaurantes locais já não usam mesas e cadeiras, porque, afinal, o povo não tem tempo de sentar mesmo...Enfim, i am passed com tudo isso. Of course.

Quadro de greve no estado

JT Barra Funda	90%
TRF	50%
JF Pedro Lessa	40%
JEF Santos	80%
JF Araçatuba	100%
JF Santos	45%
JF Taubaté	95%
JF/JEF Ribeirão Preto	30% (ato com os estaduais)
JT Barueri	90%
JT Caieiras	80%
JT Cotia	70%
JT Cubatão	90%
JT Diadema	50%
JT Ferraz de Vasconcelos	100%
JT Guarujá	70%

JT Guarulhos	48%
JT Itapecerica da Serra	100%
JT Mauá	85%
JT Mogi das Cruzes	90%
JT Osasco	50%
JT Poá	100%
JT Praia Grande	75%
JT Ribeirão Pires	100%
JT S. Bernardo do Campo	50% (CM 90%)
JT Santo André	40% (CM 100%)
JT Santos	70%
JT São Caetano do Sul	50%
JT São Vicente	60%
JT Suzano	70%
JEF Campinas	100%

Direitos Constitucionais

Categoria só conquistou reajustes salariais através de projetos de leis, após fortes greves

Apesar de garantido pela CF, reajuste anual é desrespeitado desde 1995.

O direito de ter o salário reajustado anualmente é garantido pela Constituição Federal. Apesar disso, esse direito é desrespeitado há 15 anos. "O reajuste salarial deveria vir com a data-base anual, direito que nos é negado ano após ano, desde 1995", denuncia o diretor de base do Sintrajud em Santos, Adilson Rodrigues.

Os servidores só conseguiram reaver suas perdas salariais e ter uma carreira pública digna a partir das fortes greves nacionais que conquistaram os PCSs 1 (1996), 2 (2002) e 3 (2006). "Cada um deles foi garantido por um respectivo projeto de lei", explica o diretor. Desde o último PCS, entretanto, a categoria tem visto seu poder de compra ser consumido pela inflação, agora, com o PLP 549/09 corre o sério risco de ter seu salário congelado por 10 anos.

Diante do desrespeito a esse direito, Adilson argumenta que não há alternativa a não ser ir à greve. "É o Executivo deste país que não respeita o direito sagrado dos servidores terem seus salários reajustados anualmente. E estamos em greve justamente para que este direito seja respeitado", afirmou.

Inspeção e Correição desrespeitam Direito de Greve

Em São Paulo, a paralisação por tempo indeterminado começou em 06 de maio, com forte adesão em toda a capital e algumas cidades importantes do interior. Com a adesão de novas cidades a cada dia, o movimento tem se fortalecido.

Entretanto, a realização das inspeções e das correições tem causado certa dificuldade para os servidores entrarem na greve. Segundo explica Adilson não se trata somente dos dias ou semanas em que se realizam as inspeções ou correições, mas sim de todo um período preparatório. Para ele, a não suspensão das inspeções e correições acaba por despeitar o direito de greve. "A corregedoria e a administração estão preocupadas com o serviço em dia, mas elas deveriam se lembrar que é a dedicação de cada servidor que alcança os resultados, portanto, também deveriam se preocupar em resguardar os direitos dos servidores", afirmou. "Servidor valorizado é servidor motivado", disse.

Solidariedade

Servidores contribuem com fundo de greve



Cópia do cheque do servidor que contribui com R$950,00 para o fundo de greve

A greve traz muitas lições. Uma delas, talvez a maior, é a solidariedade entre companheiros que estão numa mesma luta e superando as mesmas dificuldades. Este começo de greve é um dos mais fortes e todas as paralisações já realizadas pela categoria, segundo relataram vários servidores. Entretanto, ao que tudo indica, será uma greve muito difícil.

Por isso, os servidores estão organizando um fundo de greve. Vendendo bônus e contanto com a contribuição de cada um dos companheiros que estão envolvidos nesta luta. "Estamos organizando este fundo de greve para fortalecer a mobilização, para que tenhamos condições de levar essa luta até a aprovação do PCS e a reprovação do PLP 549/09", disse a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri.

Ela lembra que vários servidores já estão contribuindo com o fundo de greve. "Um dos nossos colegas doou 950 reais de uma só vez, para fortalecer a nossa luta", disse.

Angélica esclarece que a contribuição dos servidores será depositada em uma conta específica para este fim, não entrando nas receitas ordinárias do Sintrajud.

Outra forma de fortalecer a greve, além do fundo, é ficando sócio do Sindicato. Dessa forma, o servidor estará contribuindo para o fortalecimento da entidade que o representa.

Sintrajud organiza devolução do Imposto Sindical

O Sindicato está cobrando da administração do TRF-3 a relação dos nomes, número de conta corrente e os valores descontados a título de imposto sindical dos servidores do tribunal e da JF para efetuar corretamente a devolução. Infelizmente o Sintrajud só devolverá 60% do valor (parte que lhe cabe do imposto), uma vez que o Ministério do Trabalho confiscou os 40% restantes.

A diretoria do Sintrajud sabe que muitos companheiros querem contribuir com estes valores para o fundo de greve em solidariedade aos servidores do eleitoral que já sofreram o desconto dos dias paralisados. "É muito importante que façam suas doações através da aquisição do bônus ou depositando nas contas que iremos disponibilizar à categoria para este fim", ressaltou Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud. "Precisamos fortalecer financeiramente o nosso movimento, mas não queremos nenhum centavo que não seja dado voluntariamente pelos servidores, por isso decidimos pela devolução total da nossa parte deste nefasto imposto. Além disso, reiteramos o chamado para que todos se sindicalizem", concluiu.

Greve cresce na Grande São Paulo

Em greve, Servidores do ABC e Alto Tietê demonstram disposição de luta

Centrais de Mandados de São Bernardo e Santo André estão praticamente paralisadas

Na paralisação dos servidores da JT no ABC a adesão dos oficiais de justiça de São Bernardo e Santo André merece destaque, eles paralisaram 90% e 100% das centrais de mandados das duas cidades, respectivamente. "Um feito inédito", avalia o diretor de base do sintrajud Ivo Oliveira Farias.

Ele conta que em São Bernardo a alta adesão já era esperada pelo comando de greve, pois a paralisação do final de 2009, que cobrava o envio do PCS ao Congresso, já contava com forte participação dos servidores. Agora, os OJAFs estão com uma adesão muito forte e aqueles que não aderiram "estão cumprindo os mandados urgentes", explicou.

Já na cidade vizinha, o ânimo dos oficiais é ainda maior porque eles nunca haviam participado de uma greve. "Estou muito impressionado com a força da adesão e com a clareza que os colegas têm", disse. Ivo também diz que nesta Central de Mandados os servidores estão garantindo um sistema de rodízio para cumprir os mandados urgentes.

O sindicalista avalia que esta paralisação tem causado grande repercussão na região, mas que espera que a força e a consciência dos servidores do ABC se espalhem por todo o estado. Em sua atuação como sindicalista, ele tem realizado um trabalho também na região de Mogi das Cruzes, onde a adesão também está maior do que 90%. "Dos cinco fóruns, quatro já entraram em greve", contou.

"O tribunal tem que saber que a fase executória do processo não está sendo cumprida, pois os servidores estão em greve, afinal somos nós que concretizamos as decisões judiciais", concluiu.

Efeitos da crise

Trabalhadores gregos e espanhóis não aceitam pagar pela crise

Greve geral e muita mobilização demonstraram que os trabalhadores estão firmes na defesa dos direitos

Para evitar a completa falência do país, o governo grego aceitou o pacote de ajuda do Banco Central europeu e do FMI equivalente 110 bilhões de euros. Essa ajuda, no entanto, veio com uma condição: que seja implementado o "plano de austeridade", uma série de medidas para aumentar as receitas e cortar despesas. Entre essas medidas estão a redução dos salários dos servidores públicos e das aposentadorias, aumento dos impostos e redução dos investimentos públicos.

Os trabalhadores gregos não aceitaram calados esses ataques e iniciaram uma jornada de lutas pelo país. Já em fevereiro deste ano, 600 mil funcionários gregos realizaram greve e as mobilizações continuam até hoje. No dia 4 de maio os trabalhadores foram às ruas e entraram em enfrentamento com a polícia, enquanto o governo da Grécia detalhava o ajuste fiscal que implementará o congelamento e cortes dos salários dos servidores públicos e uma reforma trabalhista e previdenciária.

Na última quinta-feira, dia 20, se iniciou novamente uma greve geral no país, com cerca de 40.000 manifestantes em passeata até a sede do Parlamento. A última greve geral havia sido em 5 de maio e levou centenas de milhares às ruas. Os trabalhadores já demonstraram que não aceitam pagar pela crise criada pelos bancos europeus e para benefício das grandes multinacionais, e continuam construindo a luta com a consciência que essa é a única forma de barrar esses ataques.

Espanha também reage aos ataques

Os trabalhadores espanhóis se encontram em uma situação semelhante a dos gregos. Nesse dia 12 de maio, um pacote de medidas para reduzir o déficit público foi divulgado pelo presidente José Luiz Zapatero. Assim como na Grécia, esse pacote prevê redução de salário e aposentadorias entre outros ataques à classe trabalhadora. Está previsto congelamento do salário dos servidores públicos, das aposentadorias e extinção de direitos sociais.

Mas a exemplo dos trabalhadores gregos, os espanhóis também não estão dispostos a pagar pela crise. Centrais e sindicatos começaram a organizar mobilizações contra as medidas e, no próximo dia 2 de junho, deve ocorrer uma greve geral do funcionalismo público contra o governo.





Trabalhadores gregos e espanhóis estão protagonizando fortes mobilizações contra os ataques dos governos

Reajuste para os aposentados e fim do fator previdenciário é aprovado no Senado

Mas é preciso manter a mobilização, pois o presidente Lula ainda pode vetar o projeto



Conlutas esteve presente a todo momento nas mobilizações pelo reajuste de 7,7% para os aposentados

Uma grande vitória foi conquistada para a luta dos aposentados e pensionistas. Depois de ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, o PLV 2/10 foi aprovado no Senado nessa quarta-feira, dia 19, por unanimidade. O projeto prevê um reajuste de 7,7% para as aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo. Além do reajuste, esse projeto põe fim ao fator previdenciário, um ataque aos aposentados e toda classe trabalhadora que havia sido imposto no governo FHC.

A Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados) com apoio de centrais como a Conlutas liderou caravanas de aposentados de diversas partes do país que acompanharam a votação.

Para efetivação do projeto, falta agora a sanção por parte do presidente Lula, que não se mostrou favorável a aceitar o fim do fator. Com o possível veto de Lula, mais de 8,4 milhões de aposentados serão prejudicados.

Apenas a mobilização dos aposentados e da classe trabalhadora foi capaz de conquistar esse avanço. Cabe a todos os trabalhadores a responsabilidade de não aceitar um possível veto a esse projeto, continuando com a mobilização até que esse ataque seja definitivamente barrado.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 26 de maio do ano corrente, a partir das 15 horas, em primeira convocação – no Tribunal Regional Eleitoral (Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista, São Paulo/SP.)**

PAUTA:

Informes da greve nacional, estadual e da tramitação do PCS e PLP 549/09
Deliberação sobre a continuidade da greve
Fundo de Greve
Eleição dos delegados à Reunião Ampliada Deliberativa da Fenajufe, no dia 30 de maio de 2010, em Brasília/DF.
E, outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 20 de maio de 2010.

Ana Luiza de F. Gomes
Coordenadora Executiva

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000